

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

**A EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ NO LIVRO DIDÁTICO DO
ENSINO MÉDIO DE GEOGRAFIA: OCULTOS, SILENCIADOS E VISÍVEIS¹
EDUCATION FOR CITIZEN TRAINING IN THE DIDACTIC BOOK OF
MIDDLE SCHOOL OF GEOGRAPHY: HIDDEN, SILENCED AND VISIBLE**

Alana Rigo Deon², Helena Copetti Callai³

¹ Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências em dezembro de 2016.

² Aluna do curso de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. Mestra pelo mesmo programa. Licenciada em Geografia. Integrante do Grupo de Pesquisa Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais. Bolsista Capes.

³ Docente do Departamento de Humanidades da Unijui. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPQ.

RESUMO: O trabalho apresenta de forma breve as discussões e a estrutura do trabalho de dissertação de mestrado intitulado “A Educação para a formação cidadã no livro didático de Geografia do Ensino Médio: os ocultos, silenciados e visíveis”, orientado pela professora Dra Helena Copetti Callai, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências em dezembro de 2016. O objetivo do trabalho foi entender como se dá a educação para a formação cidadã no ensino de Geografia, tendo como recurso de análise livros didáticos. A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho parte de inquietudes advindas de uma pesquisa realizada em materiais didáticos para o Ensino Médio, na qual se constatou que o Livro Didático de Geografia oculta e silencia questões éticas e políticas, principalmente as ligadas à cidadania. A pesquisa tem como suporte teórico uma abordagem qualitativa pautada na perspectiva crítico-hermenêutica. Buscando estabelecer os caminhos percorridos, o trabalho estrutura-se em três capítulos: primeiramente são discutidos os entendimentos de autores que tratam sobre o conceito de cidadania na educação formal e no ensino de Geografia entrecortado pela análise das políticas educacionais. O segundo capítulo tem como preocupação central fazer uma análise crítica do processo de produção do Livro Didático no Brasil, considerando os critérios de avaliação constantes no Edital do PNLD 2013/2015. Por último, são tratados dos caminhos para a formação cidadã no Livro Didático para o Ensino Médio de Geografia, apresentando as categorias e conceitos que nos ajudam a entender as possibilidades de o ensino da Geografia contribuir com a construção da cidadania. Ao final da pesquisa, percebeu-se que os livros ainda apresentam questões éticas, políticas e sociais que precisam ser revistas no processo de avaliação para a qualidade conceitual das obras didáticas. Nesse sentido, a perspectiva crítica hermenêutica contribuiu para a interpretação dos sentidos ocultos e silenciados do LD e também como uma alternativa para pensar a formação cidadã pela via do conhecimento geográfico.

Palavras-Chave: Cidadania. Livro Didático. Geografia. Formação Cidadã.

ABSTRACT: The paper presents briefly the discussions and structure of the dissertation work

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

entitled "Education for citizenship education in the textbook of Geography of Secondary Education: the hidden, silenced and visible", guided by the teacher Dr. Helena Copetti Callai, Defended in the Program of Post-Graduation in Education in Sciences in December of 2016. The objective of the work was to understand how the education for the citizenship formation in the teaching of Geography is given, having as a resource of didactic books analysis. The justification for the development of this work is based on the concerns of a research carried out in didactic materials for High School, in which it was found that the Geography Didactic Book conceals and silences ethical and political issues, especially those related to citizenship. The research has as theoretical support a qualitative approach based on the critical-hermeneutic perspective. Seeking to establish the paths covered, the work is structured in three chapters: firstly, the understanding of authors who discuss the concept of citizenship in formal education and in the teaching of Geography interspersed by the analysis of educational policies is discussed. The second chapter has as its central concern to make a critical analysis of the production process of the Didactic Book in Brazil, considering the evaluation criteria included in the Invitation to Bid for the 2013-2015 PNLD. Finally, the paths for citizen training in the Didactic Book for High School Geography are discussed, presenting the categories and concepts that help us understand the possibilities of teaching Geography to contribute to the construction of citizenship. At the end of the research, it was noticed that the books still present ethical, political and social issues that need to be reviewed in the evaluation process for the conceptual quality of the didactic works. In this sense, the critical hermeneutical perspective contributed to the interpretation of the hidden and silenced meanings of LD and also as an alternative to think of the citizen formation through the path of geographical knowledge.

Keywords: Citizenship. Textbook. Geography. Citizen Formation.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta de forma breve as discussões e a estrutura do trabalho de dissertação de mestrado intitulado "A Educação para a formação cidadã no livro didático de Geografia do Ensino Médio: os ocultos, silenciados e visíveis", orientado pela professora Dra Helena Copetti Callai, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências em dezembro de 2016. Esta pesquisa objetivou entender como a cidadania, conceito apregoadado em todas as políticas públicas educacionais, tem estado presente no ensino de Geografia. Dessa forma, foram investigados os desdobramentos deste conceito em um dos materiais que é mais utilizado nas escolas públicas do país, os livros didáticos.

O trabalho parte de inquietações advindas de uma pesquisa realizada em materiais didáticos para o Ensino Médio, na qual se constatou que o Livro Didático de Geografia oculta e silencia questões éticas e políticas, principalmente as ligadas à cidadania. Nessa perspectiva, buscou-se entender qual concepção de cidadania está presente nas políticas que orientam a educação nacional e os programas que a subsidiam, dentre eles o PNLD - Programa Nacional do Livro Didático.

Na busca de trilhar o caminho reflexivo da dissertação algumas questões orientaram o percurso de análise e interpretação: O que se compreende por cidadania? Como a cidadania é expressa nas políticas educacionais? Como os livros didáticos do Ensino Médio expressam a cidadania nos seus conteúdos? Como a Geografia contribui para a formação cidadã? Como o conceito de cidadania

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

está presente nos livros didáticos?

Buscando entender essas questões a pesquisa dividiu-se em três capítulos e movimentos. O primeiro capítulo faz uma discussão sobre o conceito de cidadania e seus principais desdobramentos, considerando o papel da escola, no ensino de Geografia e nas políticas educacionais, principalmente as que abordam o Ensino Médio. O segundo capítulo teve como preocupação discutir acerca dos livros didáticos de Geografia, tendo como perspectivas de análise o processo de produção e avaliação do LD no Brasil. No último capítulo e terceiro movimento, foi tratado sobre caminhos para a formação cidadã tendo o LD do Ensino Médio como recurso para análise.

METODOLOGIA

No sentido de entender as orientações para a cidadania dadas pelas políticas públicas foram analisadas a Constituição Federal (CF) de 1988, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, os PCNEM (2000), às Orientações Curriculares Nacionais (2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012) e o Edital do PNLD de 2013. Como suporte teórico para a análise utilizamos a Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos (2002, 2007) a partir das cinco monoculturas do saber, entrecortadas pela teoria crítica e hermenêutica de educação.

A primeira é a “monocultura do saber e do rigor”. Traz a ideia de que o único saber rigoroso é o científico. A segunda é a “monocultura do tempo linear”. Baseada na ideia de que os países desenvolvidos estão sempre na dianteira. A terceira monocultura é “a da naturalização das diferenças”. A característica desta monocultura é inferiorizar, ocultando hierarquias, tornando as diferenças cada vez mais desiguais. A quarta é “a monocultura da escala dominante”. Esta monocultura torna o lugar e o contexto invisíveis, transformando o global em hegemônico. A quinta é “a monocultura do produtivismo capitalista”, no qual o crescimento econômico e a racionalização da produção são objetivos inquestionáveis do sistema capitalista.

No processo de escolha do material didático para análise optou-se pela coleção de livros de Geografia do Ensino Médio mais adotada nas escolas públicas do país. Também foram consideradas outras coleções aprovadas no PNLD 2015, base da discussão traçada. A investigação foi realizada com livros didáticos do Ensino Médio por entender que essa etapa da educação básica precisa contribuir de maneira significativa para “o desenvolvimento da observação atenta do mundo vivido, seus fatos sociais, históricos, geográficos e econômicos e, também sobre a ética, a estética e as diferentes formas de pensamento e construção conceitual, possibilitando a compreensão do seu entorno” (BRASIL, 2013, p. 50).

A investigação nos materiais didáticos também considerou conceitos e categorias que emergiram a partir dos estudos das políticas educacionais e de autores que discutem o tema. As categorias utilizadas foram: análise geográfica, escala de análise e linguagens. Foram elencadas a partir da análise das OCN (2006) e também a partir dos critérios de análise das coleções didáticas tiradas do Edital do PNLD lançado em (2013). Esses documentos embasaram a escolha dos conceitos-chave para a análise: espaço e lugar, que são balizadores do ensino de Geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

A “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 9)”. Nesse sentido, esse conceito veio assumindo inúmeras concepções, o que denota a sua complexidade. Carvalho (2015) entende a cidadania como o exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais. Para este autor, o “cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Os cidadãos incompletos seriam aqueles que possuísem apenas algum dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos não seriam cidadãos” (Ibidem, p. 15).

Baseada nesses pressupostos a cidadania é um dos princípios fundamentais que orientam a formulação das políticas educacionais. Contudo essas políticas principalmente no período pós redemocratização passam a ter estreitas vinculações com organismos internacionais. Estes ditam as regras para a sua formulação baseadas em seus interesses econômicos neoliberais. Dessa forma, essas políticas exigem uma educação capaz de atender aquilo que o mercado de trabalho espera do sujeito, ou seja, uma formação de caráter instrumental. Nesse processo, se insere o próprio PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, que baliza a produção dos livros didáticos em escala nacional.

Aliado a isso, o Edital do PNLD 2013/2015 - Ensino Médio - tem como base a LDB (Lei 9394/96), que em seu artigo 35, parágrafo II enfatiza “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Neste sentido, o que se percebe a partir da análise do edital, é que essa concepção de cidadania está pautada em um viés economicista, no qual a formação do cidadão precisa estar voltada para a preparação básica para o trabalho.

Pesquisas realizadas por Cavalcanti (2016, p.337) confirmam essa prerrogativa. Para a autora “o PNLD faz parte de um conjunto de políticas públicas educacionais, de cunho neoliberal, vigentes no contexto contemporâneo, atuando em coerência com ele”. Neste sentido, os interesses do capital se aliam ao estado refletindo diretamente no tipo de ensino que se espera das escolas e nas concepções de cidadania que são expressas através dos conteúdos do LD.

Neste contexto a educação escolar assume um papel central, na medida em que pode contribuir para uma formação que prime pela capacidade crítica do sujeito de analisar para compreender o mundo, indo além dos princípios da racionalidade técnica e instrumental. É nesse sentido que a formação conceitual possibilita a formação de sujeitos capazes de lutar para a construção de um mundo social mais humano, baseado nos pressupostos da cidadania. Carvalho (2015) destaca o compromisso da escola com a formação cidadã como espaço e tempo privilegiado para aprender e vivenciar os direitos e deveres comuns à sociedade. Adams e Andreis (2011, p. 37) também reforçam a ideia de que “a cidadania precisa ser aprendida, e a escola é o lugar onde esse processo pode ser construído”. Nesse sentido Callai (2014, p. 69)

O ponto central da escolarização é o fato de oportunizar as crianças e os jovens a terem acesso ao conhecimento de modo a se empoderar das ferramentas intelectuais que lhes permitam exercer a sua cidadania. E mais, a perspectiva que temos de educação que é para formar cidadãos exige que todos tenham a possibilidade de acesso ao direito dos princípios republicanos [...] .

Nesse sentido, se alia o próprio ensino de Geografia na formação para a cidadania quando possibilita a construção referenciais teórico-metodológicos de forma a garantir o acesso ao

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

conhecimento sistemático, pois somente quando o aluno possui ferramentas conceituais ele pode ler o mundo, começando pelo lugar onde vive. Para Callai (2005) a Geografia pode contribuir para a formação cidadã quando oferece condições de aprendizagens pela via dos conceitos e categorias de pensamento. Os conceitos e categorias de análise geográficos são meios teóricos próprios imprescindíveis para todos nós, que vivemos em sociedade pois nos ajudam na leitura, significação e interpretação da realidade do mundo.

Dessa forma, Callai (2005) defende que uma das maneiras de ler o mundo é por meio da leitura do lugar. Para a autora, o lugar é o espaço vivido, é aquele que oferece ao mundo o movimento e permite que se considere o passado vislumbrando o futuro. Assim, estudar o lugar para compreender o mundo, pode ser uma possibilidade para o exercício da cidadania, pois somente quando conhecemos o lugar onde vivemos e analisamos o que nele está acontecendo, temos condições para entender o local e também o global, ou seja, o espaço geográfico.

A partir desse entendimento, emerge a importância de se estudar o lugar para entender o espaço geográfico e assim compreender o mundo. Essa postura, exige, no entanto, aportes teóricos e o conhecimento já produzido pela humanidade, de modo a entrelaçar com os conhecimentos da vida cotidiana. Por isso, à educação para a cidadania pelo viés da Geografia compete o desenvolvimento de uma base conceitual, bem como, a compreensão do lugar e a partir dele a ligação com as escalas de análise (local e global, global e local), possibilitando aos alunos para o processo de leitura de mundo. Nesse sentido, “Educação para a formação cidadã reafirma [...] a importância de que a escola precisa oportunizar ao aluno a capacidade de conhecer e saber interpretar o mundo” (CALLAI, 2015, p. 40).

Contudo, e ampliando esse olhar, é possível perceber que a formação da cidadania na escola e na disciplina de geografia vai além da formação intelectual e conceitual. Articulada a essa concepção se inclui a formação cidadã a dimensão do convívio, do diálogo, do respeito, a formação de valores, ética, moral, estética e sensível aos muitos que convivem na escola. Essas dimensões também são cruciais e precisam ser tratadas ao falar de cidadania na escola, principalmente em uma sociedade marcada pelos princípios da fragmentação do conhecimento e da exclusão das diferenças étnicas, de gênero, políticas, sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, percebeu-se que as políticas públicas educacionais ainda trabalham a partir de uma racionalidade instrumental, no qual a educação para a formação cidadã está aliada aos preceitos economicistas e produtivistas do mercado. Aliado a esses pressupostos estão as orientações para os livros didáticos que se materializam nos conteúdos expressos por esses materiais que apresentam questões éticas, políticas e sociais que precisam ser revistas no processo de avaliação para a qualidade conceitual e analítica das obras didáticas que chegam às salas de aula das escolas públicas brasileiras. Nesse sentido, a perspectiva crítica-hermenêutica, aliada à sociologia das ausências, contribuíram significativamente para a interpretação dos sentidos ocultos e silenciados das Políticas Públicas e dos LDs. Assim essas teorias são alternativas para pensar a formação cidadã pela via do conhecimento geográfico.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo de Pesquisa “Ensino e Metodologia em Geografia e Ciências Sociais”.

À CAPES pelo apoio financeiro que possibilita as pesquisas no curso de Mestrado e Doutorado no PPGEC- Unijuí.

REFERÊNCIAS

ADAMS, A.; ANDREIS, A. M. A escola na constituição da cidadania. In: SEIBT, A.; CALEGARO, C.; KUHN, M. (orgs.). 60 anos da 14ª CRE: história, reflexões e ações. Santo Ângelo: Furi, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 05/2011. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 2012. Disponível em: . Acesso em: set. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 35. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio: parte IV – ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Edital de convocação (01/2013) para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006. v. 1.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Caderno Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: . Acesso em: mar. 2015.

CALLAI, H. C. Estudo do lugar e o livro didático no ensino e na aprendizagem em geografia. In: CASO, M. V. F.; GUREVICH, R. Didáctica de la geografía: prácticas escolares y formación de profesores. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2014.

CALLAI, H. C. A questão da cidadania nas séries iniciais. In: CALLAI, H. C.; TOSO, C. E. I. (orgs.). Diálogos com professores: cidadania e práticas educativas. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2015.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: O longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

CAVALCANTI, Lana de Souza. Livro Didático em Geografia: Recurso/Suporte ao trabalho docente autônomo do professor ou apêndice da política educacional oficial. SPOSITO, Eliseu Savério et al (Org). A diversidade da geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, p.323-342.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). História da cidadania no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, B. S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.